



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO - DPF/RPO/SP

TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

Processo nº 08508.000309/2022-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO

1. INFORMAÇÃO BÁSICAS

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda 21839421, demonstrando a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação em consonância com o art. 11 da Instrução Normativa SGD-ME nº 01/2019.

1.2. O objeto do estudo é a contratação de serviço para contratação de empresa especializada em serviço de capinagem ou raçada de área aberta, poda e remoção de galhos e árvores sob risco de queda, com limpeza geral, e retirada dos galhos e troncos removidos, procedendo o descarte dos resíduos de forma ambientalmente adequada. Podendo ser desenvolvido de forma mecânica ou manual, sem mão de obra exclusiva, no imóvel situado à Avenida Maurílio Biagi 2630, com metragem aproximada de 8.000 m² - conforme anexo I e II - o qual atualmente é utilizado para guarda de veículos apreendidos e viaturas baixadas, pertencentes à Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto/SP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

0.1. Com fim iminente do contrato **Contrato nº 009/2016-SR/PF/SP, em 12/03/2022 - processo SEI 08508.000400/2021-59**, o qual rege o serviço de capinagem/roçagem e poda de arvorês, faz-se necessário urgente formalização de nova demanda para contratação do serviço, garantindo a continuidade do objeto.

0.2. Embora o Depósito seja guardado por vigilância terceirizada 24h, muros e iluminação, é imprescindível a continuidade do serviço capinagem/roçagem, visto que os veículos ficam em área aberta, o que possibilita o crescimento acelerado da vegetação, que são árvores de desenvolvimento rápido e perpendicular, conforme fotos anexas a este processo.

0.3. Essas árvores representam grande perigo aos veículos, especialmente quando estão velhas, secas ou após chuvas fortes. E por isso, demandam cuidado preventivo constante, mas também, a possibilidade de acionamentos emergenciais para poda daquelas que, após algum evento climático, passem a representar grave risco aos veículos.

0.4. Relativamente ao capim e demais vegetações, doravante denominados matagal, os mesmos não podem ultrapassar a altura de 30 centímetros, sob pena de inviabilizar a vigilância visual dos veículos e suas rodas e pneus.

0.5. Tais serviços são considerados auxiliares e necessários para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade polícia, que, se interrompidos, comprometerão o patrimônio de terceiro e do órgão, colocando em risco os bens, podendo causar danos e gerar ônus futuro à Administração. Portanto, aquisição do serviço faz-se fundamental e objetiva a racionalização eficiente de recursos, gerando economicidade, a longo prazo, à Administração.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. DPF/RPO/SP - Responsável DPF Murilo Almeida Gimenes.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. São critérios de sustentabilidade previstos na IN MPOG 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, e na Resolução nº 103/2012 do CSJT, sobretudo:

0.5.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.2.2. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.2.3. observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.2.4. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.2.5. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.2.6. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.2.7. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.3. Outrossim, faz-se imperioso seguir o que determina a legislação municipal a respeito de podas químicas em zona urbana.

4.4. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.5. Estima-se que, se a CONTRATADA atender a todos os requisitos definidos em Edital e tiver boa execução contratual, conforme as diretrizes traçadas no Termo de Referência, o contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses, conforme legislação em vigor.

4.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato, atendendo o que dispõe este ETP - estudo técnico preliminar, termo de referência e edital.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Atendendo o disposto no artigo 5º, IN 65/2021, o qual estabelece que a pesquisa de preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos parâmetros elencados nesse artigo, empregados de forma combinada ou

não. Considerando o disposto, foi utilizado o parâmetro I e II, do artigo 5º, da referida IN.

5.2. A pesquisa feita no site Comprasnet e levou em consideração ano de 2021 e 2022, priorizando, assim, a atualização dos dados, código serviço e esfera federal, buscando, assim, o mais próximo da realidade do termo referência da DPF/RPO/SP. Prezando sempre pela economicidade e eficiência na busca pelo preço estimado e justo que a Administração estará disposta a pagar para um contrato de 12 meses, possibilitando, assim, exequibilidade da proposta, bem como da execução do serviço de modo eficaz.

5.3. O inciso I, do artigo 5º, estabelece que a "composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente", dessa forma foi adotado a mediana entre a compilação de preços encontrado para execução da propostas similares à necessidade da DPF/RPO/SP.

5.4. Impende ressaltar que os documentos relativos às compras selecionadas na pesquisa encontram-se anexos, anexo 22079038, a este processo.

5.5. Os dados foram compilados em tabela a seguir, a fim de possibilitar melhor análise e facilitar compreensão do cálculo do preço máximo estimado mensal para contrato de 12 meses.

Item	CatServ	Descrição	Unidade	Quantidade	DPF/RPO/SP UASG 200360 - Valor Mensal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Santa Catarina Pregão 17/2021 Item 4	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Pregão 03525/2021 Item 4	Valor Mediano Estimado mensal
1	24325	Serviço de Capinagem/roçagem de área aberta, com aproximadamente 8000 m2, poda e remoção de galhos e árvores sob risco de queda; com limpeza geral e retirada dos galhos e troncos removidos, procedendo o descarte ambientalmente correto dos resíduos, sem mão de obra exclusiva.	Mês	12	R\$ 1.100,00	R\$ 3.920,00 *	R\$ 1.743,75	R\$ 1.743,75

* O item 4 do pregão 17/2021, corresponde a R\$ 0,49 por metro quadrado, trazido a realidade da DPF/RPO/SP que são 8000 m².

5.6. O preço estimado, considerando a mediana dos valores encontrados no painel de preços para a necessidade da DPF/RPO/SP, para um período de 12 meses é R\$ 20.975,00 (vinte mil novecentos e setenta e cinco reais).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. A primeira poda e capinagem/roçagem, remoção de possíveis galhos e árvores e limpeza geral devem ocorrer 5 dias após assinatura do contrato, as demais deverão acontecer conforme à necessidade, não podendo o matagal ultrapassar a altura de 30 centímetros, sob pena de inviabilizar a vigilância visual dos veículos, suas rodas e pneus.

6.3. A manutenção do matagal e do passeio, considera-se passeio a calçada de acesso externa e ao longo do terreno da Contratante, poderá ser feita através de capinagem ou roçagem, que mantenha a vegetação em até 30 centímetros de altura.

6.4. A área de calçamento (passeio) deve-se manter a poda e capinagem/roçagem nos mesmos moldes da área interna, prezando pela limpeza e conservação do ambiente externo.

6.5. O fiscal do contrato entrará em contato com a Contratada sempre que houver necessidade de acionamentos emergenciais para poda de galhos ou árvores que, após algum evento climático, passem a representar grave risco aos veículos, tendo a Contratada prazo de até 10 h para execução do serviço. Esse prazo poderá ser menor, a depender da urgência e risco de dano aos veículos detectado pela CONTRATANTE.

6.6. A CONTRATADA cuidará para que toda a área permaneça sempre limpa.

6.7. O serviço de manutenção preventiva e corretiva será feito quando da solicitação da DPF/RPO/SP ou por iniciativa da Contratada quando identificado sua necessidade.

6.8. Caso o matagal ultrapasse a altura de 30 centímetros por mais de 5 dias, a contratada deverá proceder à roçagem utilizando-se de equipamentos para remoção e corte do matagal em até 48 horas após o acionamento.

6.9. Serviço de manutenção preventiva, a ser realizado mensalmente, com a finalidade de remoção de galhos, troncos e árvores que se apresentarem secos ou que estiverem em declínio constante, os quais deverão ser retirados com o uso de maquinário adequado para que os galhos, troncos ou árvores não colidam com os veículos, podendo ser utilizados cordas com manuseio manual ou mecânico (uso de caminhão munck) conforme o peso do material a ser removido. O serviço deverá incluir a mão de obra e todo maquinário necessário, inclusive, se for necessário, o uso do caminhão munk.

6.10. Retirar e descartar todos os resíduos originados dos serviços prestados de forma ambientalmente adequada.

6.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.12. A manutenção regular, assim como emergencial, deverão ser agendadas previamente com fiscal do Contrato para abertura do portão do depósito, pelo telefone 16 3954.5208, e-mail ou via software de mensagem de texto, como "WhatsApp", a critério do fiscal do contrato.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Serviço de Capinagem/roçagem de área aberta e passeio, com poda e remoção de galhos e árvores sob risco de queda e limpeza	Mês	12

geral, procedendo ao descarte ambientalmente correto dos resíduos, conforme descrito neste EPT e termo referência.

8. **ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. R\$ 20.975,00 (vinte mil novecentos e setenta e cinco reais) anual.

8.2.

9. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

9.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

10. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

10.1. Embora não conste no PAC 2022, a contratação foi necessária em 2021 por dispensa de licitação, devido imprescindível necessidade já especificada neste ETP. Portanto, se faz fundamental manter o serviço.

11. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. A contratação tem por objetivo assegurar a integridade dos bens de terceiros e público, que se não executado poderá colocar em risco os bens, podendo causar danos e gerar ônus futuro à Administração.

11.2. Além de manter a limpeza e conservação da área.

12. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

12.1. O órgão possui ambiente adequado para a prestação do serviço, sendo desnecessária qualquer alteração ou adequação.

13. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

13.1. A contratada deverá observar, no que couber, as disposições do art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010, da SLTI/MPOG, do Decreto nº 7746/2012, Lei 12305/2010, observar as Resoluções de outros órgão competentes e aplicar as boas práticas sustentáveis promovidas pela Administração Pública, dentre outros:

13.1.1. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

13.1.2. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

13.1.3. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes; 4. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

13.1.4. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

13.1.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

13.1.6. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

13.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

13.3. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

13.3.1. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

13.3.2. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

13.3.3. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

13.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

13.5. Atender o que dispõe legislação municipal e ambiental sobre "poda química".

Murilo Almeida Gimenés

Delegado Polícia Federal

Chefe da DPF/RPO/SP

Responsável pela Demanda

13.6.



Documento assinado eletronicamente por **MURILO ALMEIDA GIMENES, Chefe de Delegacia**, em 14/02/2022, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21982253** e o código CRC **C68CE313**.